



Nobreza e diplomacia em Portugal (séc. XV)
Nobility and Diplomacy in Portugal (15th century)
La Nobreza y la diplomacia en Portugal (siglo XV)

Douglas Mota Xavier de LIMA¹

Resumen: A partir de los estudios de la nueva historia de la diplomacia medieval, el artículo analiza la participación de la nobleza en la diplomacia, teniendo en cuenta el reino de Portugal en el siglo XV, momento en el cual el oficio de embajador ganó sus primeras definiciones en Occidente. El texto discute el papel de la nobleza cortesana, concentrando la atención en las familias Sousa y Silveira, linajes con importante presencia en la diplomacia.

Abstract: From the studies of the new history of medieval diplomacy, the article addresses the participation of the nobility in diplomacy, considering the kingdom of Portugal in the fifteenth century, when the office of ambassador gained its first definitions in the West. The text discusses the role of the courtesan nobility, focusing attention on the Sousa and Silveira families, lineages with important presence in diplomacy.

Keywords: Nobility – Diplomacy – Portugal.

Palabras-clave: Nobreza – Diplomacia – Portugal.

ENVIADO: 08.05.2018
ACEPTADO: 06.06.2018

Pintura ícone do Renascimento, *Os embaixadores*, de Hans Holbein traz ao espectador uma multiplicidade de referências e, quiçá, a representação do ideal de homem moderno. Na parte inferior, observa-se um hinário, um livro comercial, um alaúde, um globo terrestre, um estojo de flautas, um conjunto de esquadros e um par de

¹ Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Coordenador do núcleo norte do *Vivarium – Laboratório de Estudos da Antiguidade e Medievo* e membro do *Scriptorium – Laboratório de Estudos medievais e ibéricos*. E-mail: dougmotahistoria@gmail.com.

compassos. Acima, a prateleira ornada com tecido oriental suporta um globo e alguns instrumentos científicos, como o quadrante e o relógio de sol.

Imagem 1



Os embaixadores (1433) de Hans Holbein, o Jovem (1497-1543). Óleo sobre carvalho, 207 x 209,5 cm, National Gallery, Londres.

Associados, os objetos remetem aos saberes do *trivium* e do *quadrivium*, relacionando-se com os dois personagens centrais da imagem: os embaixadores franceses Jean de Dinteville, à esquerda, e Georges de Selve, à direita. Deste modo, a pintura de Holbein constrói a imagem de homens da diplomacia de inícios do século XVI que

dominavam textos variados advindos da imprensa, sabiam técnicas comerciais e de navegação, além de mobilizar produtos e saberes de um mundo que se abria e se ampliava com a expansão marítima, homens que não se limitavam aos protocolos formais das negociações diplomáticas.

Imagem 2



A partida dos embaixadores ingleses (c. 1495-1500), de Vittore Carpaccio (1465-1526). Óleo sobre tela, 280 x 253 cm, Campo della Carità, Veneza.



Diferente da pintura de Holbein, a obra de Vittore Carpaccio é carregada de performatividade com uma profusão de gestos. A cena ocorre num suntuoso salão, onde os embaixadores ingleses, devidamente ornados para a ocasião, aparecem ajoelhados em frente ao rei da Bretanha. Não há contato físico entre as partes, apenas a indicação de que, após as reverências, o rei entregará ao embaixador o documento que carrega nas mãos. Se a obra de Holbein expressa a demanda dos novos tempos para o exercício da diplomacia, a pintura de Carpaccio nos lembra que a arte da negociação diplomática estava, cada vez mais, associada ao cerimonial da corte, cabendo aos embaixadores dominar saberes variados e a cultura cortesã.

Diante dos elementos apresentados, cabe algumas interrogações: quem são os homens que protagonizaram as missões diplomáticas nesse período da história do Ocidente? As referências presentes nas pinturas são adequadas apenas para o século XVI ou podem expressar adequadamente o perfil dos embaixadores quatrocentistas?

A historiografia acerca da diplomacia de finais da Idade Média sugere que ao longo do século XV as missões diplomáticas deixaram de ser dirigidas por nobres de alta linhagem e pelos principais clérigos da hierarquia eclesiástica, passando a ser compostas, sobretudo, por juristas.² Tal perspectiva acentua a importância de elementos técnicos para o exercício da diplomacia e a existência de um processo de profissionalização e especialização do ofício de embaixador no Ocidente.³ Nesse cenário, qual seria a participação da nobreza na diplomacia quatrocentista?

Em levantamentos realizados sobre o reino de Portugal, observou-se no reinado de D. João I (1385-1433) o predomínio de elementos da nobreza e do clero nas missões diplomáticas, assim como a inserção dessas personalidades no círculo próximo ao monarca, destacadamente no Conselho Régio, no desembargo e na Corte.⁴ No que pese a ausência de detalhamento sobre o reinado de D. Duarte (1433-1438) e o período regencial (1438-1448), para o reinado de D. Afonso V (1448-1481) verificou-

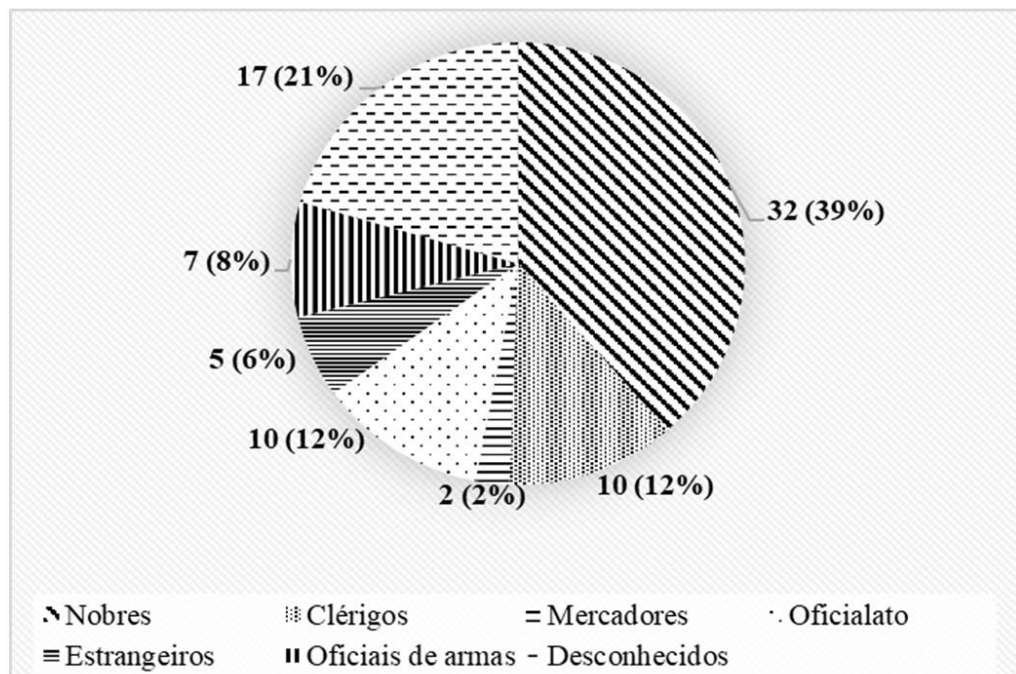
² GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: EdUSP/Pioneira, 1981, p. 179-180.

³ GANSHOF, François. “Le Moyen Age”. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I. Paris: Librairie Hachette, 1953, p. 267-268; AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. “Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge”. In: *Histoire de la diplomatie française. I. Du Moyen Âge à l’Empire*. Paris: Perrin, 2005, p. 120-125. Para uma visão mais detalhada e que abarca diferentes séculos da Idade Média, ver o clássico estudo de Donald E. Queller, *The Office of Ambassador in the Middle Ages* (1967).

⁴ SANTOS, Maria Alice Pereira. *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa, Tese de doutorado, 2015.

se que a centralidade do Conselho como espaço de escolha dos embaixadores foi mantida, assim como das esferas da administração central, com destaque para os setores da Justiça, e que entre oitenta e três (83) enviados diplomáticos, trinta e dois (32) fizeram parte da nobreza⁵ (Gráfico 1).

Distribuição social dos embaixadores afonsinos



Fonte: Adaptado de LIMA, 2016.

Mesmo com as mudanças no perfil do embaixador quatrocentista indicados pela historiografia, os dados sobre o reino de Portugal constataam que os nobres ocuparam papel de destaque nos assuntos diplomáticos, participando de forma acentuada nas missões externas e atuando nas esferas consultivas onde se discutiam tratados, alianças, casamentos e guerras, como a Corte e o Conselho. Destarte, cabe caracterizar a nobreza portuguesa no século XV, a fim de compreender os meandros da relação entre Nobreza e Diplomacia.

⁵ LIMA, Douglas Mota Xavier de. *A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de doutorado, 2016.



I. Nobreza e Diplomacia em Portugal

Em relação ao período analisado, estima-se que existiam entre 5000 e 6000 nobres em Portugal, correspondendo a 1% da população do reino. A estratificação do grupamento social ficou mais complexa, em especial pelas medidas restritivas da realeza, pela dependência acentuada das mercês régias – expressa nas tenças pagas pela coroa aos vassallos do rei, em geral ricos-homens, cavaleiros e escudeiros – e pelo exercício de cargos na administração. Soma-se ainda a nobilitação conseguida por estratos inferiores da nobreza e mesmo não nobres durante os séculos XIV e XV. Em linhas gerais, considera-se que o grupo se subdividia em três subgrupos: grande, média e pequena nobreza.⁶

Ao tomar como base os dados do reinado de D. Afonso V, nota-se que por mais que o conjunto dos vínculos familiares seja representativo do quadro geral da nobreza portuguesa, não há homogeneidade nas famílias encontradas. Rita Costa Gomes sublinha que “a centúria de Quatrocentos vai alargar espantosamente as modalidades de participação nobiliárquica em todos os âmbitos da organização curial”.⁷ Esse processo pode ser observado ao acompanhar as inserções familiares e mesmo as trajetórias individuais dos embaixadores afonsinos.

Conforme a Tabela 1, nota-se uma significativa diversidade familiar no conjunto da nobreza cortesã, aparecendo famílias da alta nobreza, linhagens tradicionais que remontam à fundação do reino ou aos séculos anteriores à dinastia de Avis; famílias de posição hierárquica inferior, mas que, em geral, se vinculam à corte e à burocracia régia desde a dinastia de Borgonha, constituindo uma nobreza de serviço; e uma nobreza nova, articulando famílias com origens em estratos modestos da nobreza – especialmente nos escudeiros –, nos meios clericais, nas elites citadinas, ou mesmo no funcionalismo – a nobreza de toga.

⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986, p. 242-251; MORENO, Humberto Carlos Baquero. “Estado, Nobreza e Senhorios”. In: COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *A Gênese do Estado Moderno no Portugal Tardo-medieval*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, p. 257-267.

⁷ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, p. 87.

Tabela 1. Embaixadores nobres no reinado de D. Afonso V (1448-1481)

	CATEGORIA	FAMÍLIAS	EMBAIXADORES
Nobreza cortesã	Alta nobreza	Bragança	1
		Sousa Chichorros	3
		Meneses	1
		Albuquerque	1
		Castro	1
		Pereira	2
		Silva	1
	<i>Total</i>	7	10
	Nobreza de serviço	Moura	1
		Ataíde	2
Fonseca		1	
Távora		1	
Teixeira		1	
<i>Total</i>	5	6	
Nobreza nova	Almeida	2	
	Alvarenga	1	
	Figueiredo	1	
	Barros	1	
	Galvão	1	
	Gomide	1	
	Lucena	1	
	Malafaia	1	
	Silveira	3	
<i>Total</i>	9	12	
Nobreza regional	Fogaça	1	
	Leitão	1	
	Sousa	1	
	Tinoco	1	
<i>Total</i>	4	4	
	Total	25	32

Fonte: LIMA, 2016.

Deste modo, opta-se por apresentar a trajetória das duas famílias da nobreza cortesã com maior número de membros tendo atuado em embaixadas no reinado de D. Afonso V (Tabela 1), concentrando a atenção na biografia dos embaixadores: a linhagem dos Sousa Chichorros⁸, representantes da alta nobreza, e a linhagem dos Silveira, família inserida na nobreza nova.

⁸ Ao longo da investigação identificou-se um quarto embaixador de sobrenome Sousa, João de Sousa, porém não foi possível estabelecer a filiação deste com os demais membros da família presentes na corte régia, passando o personagem a compor outro ramo da família Sousa e a nobreza regional, tendo em vista a trajetória de João de Sousa.

II. Corte e Diplomacia – as linhagens dos Sousa e Silveira

A constituição da família dos Sousa Chichorros remonta ao século XIII, quando o bastardo de D. Afonso III, Martim Afonso, de alcunha Chichorro, se casou com D. Inês Lourenço, descendente dos Sousa citados no *Livro velho das linhagens* e no *Nobiliário do conde D. Pedro*. Dessa união nasceu o homônimo Martim Afonso Chichorro, que passa a ser chamado de Sousa, assim como seus descendentes: Vasco Martins de Sousa e Martim Afonso de Sousa.⁹

Vasco Martins de Sousa ascende na corte de D. Afonso IV acompanhando o infante e futuro rei D. Pedro I, de quem será chanceler-mor (1357-1363), e no reinado de D. Fernando foi amplamente agraciado de mercês, recebendo as terras de Penaguião e Gestaço e as rendas das terras de Mortagua. Vasco de Sousa ainda participou das Cortes de Coimbra (1385), mas faleceu anos depois sem deixar descendentes.¹⁰ Deste modo, a trajetória dos Sousa Chichorros recai sobre Martim Afonso de Sousa e seus descendentes.

Martim Afonso de Sousa, senhor de Mortagua e membro da casa do conde de Barcelos, é citado por Fernão Lopes numa anedota presente na *Crônica de D. João I*. Segundo o cronista, antes de batalhas como a de Aljubarrota, era comum o costume de se fazerem promessas a Deus. Martim de Sousa é lembrado como tendo prometido que, se fosse salvo da batalha, iria ter uma quarentena com a Abadessa de Rio Tinto, Aldonça Rodrigues de Sá, que “tinha como amiga”.¹¹ Desta relação nasceu o bastardo Martim Afonso de Sousa (II) que teve uma farta prole. Descendem desse bastardo, legitimado por carta régia de 1405, e de Violante de Távora: Fernão de Sousa, Rui de Sousa, Pero de Sousa, o Seabra, Vasco Martins Chichorro e Brites de Sousa.

Seguindo a inserção social do pai, Fernão de Sousa foi criado na casa de Barcelos, futuro ducado de Bragança, e foi senhor de Gouveia de Riba de Tâmega e alcaide-mor

⁹ FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. I, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 206-207.

¹⁰ FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. I, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, p. 208; GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, p. 65-66; HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O Desembargo régio (1320-1433)*. Porto: INIC, 1990, Apêndice, p. 201-202.

¹¹ LOPES, Fernão. *Crônica de D. João I*. Segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno e Prefácio de Antonio Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 1983, Livro II, Cap. XXXVII, p. 94.

de Barroso. Casou-se com D. Mecia de Castro, filha de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1º conde de Atouguia. Pero de Sousa, também foi fidalgo da casa de Bragança, servindo de meirinho-mor das terras do duque D. Fernando. Foi membro do conselho régio e exerceu junto ao rei as funções de vedor e mordomo-mor, além de participar de três missões diplomáticas em 1476, no contexto da guerra luso-castelhana e da viagem do monarca a França. Vasco Martins Chichorro foi capitão dos ginetes de D. Afonso V, fronteiro-mor de Trás-os-Montes e alcaide-mor de Bragança e de Outeiro. D. Brites de Sousa foi mãe do bispo de Évora, D. Afonso.

Outro embaixador dos Sousa, Cide de Sousa, é primo dos citados até então, sendo filho ilegítimo de Gonçalo Anes de Sousa e irmão de Gonçalo de Sousa, comendador da Ordem de Cristo. Cide de Sousa era próximo da rainha D. Leonor, a quem prestou serviços em Castela nos anos 1440. Após a morte da rainha passou a trabalhar para o rei de Aragão e parece ter voltado a Portugal após a Batalha de Alfarrobeira (1449). Em 1453, é mencionado como fidalgo da casa real de D. Afonso V e capitão dos navios enviados a Guiné e, em 1457, foi designado como vedor e contador da casa da infanta D. Joana, a Beltraneja.¹²

Rui de Sousa¹³ foi vedor da rainha D. Isabel, mas o central de sua atuação ocorreu na proximidade e no exercício de funções junto ao príncipe D. João – sendo meirinho-mor e almotacé-mor (1481-1490) – e na presença e destaque nos conflitos marroquinos e castelhanos. Deste modo, cabe detalhar sua trajetória. Tal como os demais membros da família, Rui de Sousa teve uma atuação mais afastada da burocracia régia. Relacionando os diferentes privilégios alcançados – remunerações, doações, nomeações, etc. –, com os feitos militares e sua atuação na diplomacia, observa-se que o elemento bélico tem centralidade na trajetória do personagem. Nomeado alcaide-mor e fronteiro-mor de Pinhel em 1454, participou do ataque português à serra de Benacofú (1464), onde, juntamente com o alferes Duarte de Almeida, distinguiu-se e salvou a vida do monarca.

Antes desse período recebeu tenças pelo casamento com Isabel de Siqueira (c. 1456) e não aparece como alvo das mercês régias, porém, a partir de 1464 esse quadro se modifica. Os feitos no Marrocos narrados por Rui de Pina, no mesmo ano que Rui de

¹² MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, Vol. I, p. 177-178.

¹³ Acerca de Rui de Sousa, ver MORENO, Humberto Carlos Baquero. “O papel da diplomacia no Tratado de Tordesilhas”. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto, 1995, p. 146-150.

Sousa é citado como meirinho-mor do príncipe D. João, abrem um novo período da vida do personagem. Já casado D. Branca de Vilhena, recebe a tença anual de 34.800 reais brancos (1464), a doação do reguengo, casas, foros, tributos, etc., da vila de Montemor-o-Novo (1465), e a tença anual de 50.000 reais brancos (1467). As mercês se ampliam e, em 1471, recebe a doação da vila de Sagres, chegando também a senhor de Beríngel em 1477. Esse período é atravessado pela presença do personagem na batalha do Toro (1476), etapa chave da ascensão de Rui de Sousa como nobre e como embaixador.

Membro da casa do príncipe D. João desde, pelo menos, 1464, Rui de Sousa participou pela primeira vez da diplomacia portuguesa em 1475, enviado a Castela para notificar aos Reis Católicos que D. Afonso V, pelo casamento com D. Joana, era o legítimo rei castelhano. Durante a guerra luso-castelhana é mencionado nas negociações ocorridas em Zamora (1476), última tentativa de paz entre os reinos antes do conflito aberto. Participou da batalha do Toro ao lado das tropas do *Príncipe Perfeito* e essa proximidade com D. João parece ser o elemento central da projeção de Rui de Sousa na diplomacia.

Se as duas primeiras missões diplomáticas ocorreram durante a guerra luso-castelhana, outras quatro ocorreram no reinado de D. João II e mostram a importância adquirida pelo personagem junto ao novo monarca. Em 1482, foi enviado a Inglaterra com o objetivo de reforçar os tratados de amizade entre os reinos e garantir os direitos de Portugal à Guiné. Em 1494, ao lado do filho, João de Sousa, foi um dos embaixadores do Tratado de Tordesilhas. Em 1491, participou da missão ao Congo recém cristianizado pelos portugueses e, em 1498, foi novamente enviado a Castela, agora com o objetivo de representar D. Manuel na cerimônia de juramento dos príncipes herdeiros, D. Manuel e D. Isabel, momento em que faleceu.

O segundo grupo familiar destacado, exemplo da nobreza togada quatrocentista, é o dos Silveira. Ligados a esse patronímico encontram-se três embaixadores afonsinos: os irmãos Diogo da Silveira e Fernão da Silveira, e João Fernandes da Silveira. Rita Gomes apresenta a genealogia dos Silveiras tendo como elemento comum Martim Gil Pestana e Maria Gonçalves da Silveira, pais de Fernando Afonso da Silveira e Nuno Martins da Silveira, respectivamente ascendentes de João Fernandes da Silveira e Diogo da Silveira.¹⁴ Não obstante, tal como Baquero Moreno e Pedro Caetano analisaram, a proposta que coloca Fernando da Silveira com ascendência

¹⁴ GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, p. 149.

desconhecida e de baixa condição parece ser a mais sólida até o momento.¹⁵ Desse modo, mesmo que a relação entre os ramos dos Silveira seja incerta, observa-se que ambos estiveram inseridos na corte avisina no século XV.

Nuno Martins da Silveira participou da conquista de Ceuta (1415), quando foi armado cavaleiro. Foi vedor das obras do reino e coudel-mor, além de escrivão da Puridade e conselheiro de D. Duarte e D. Afonso V, ao lado de quem esteve presente na Batalha de Alfarrobeira (1449). Durante o reinado de D. João I, participou de cinco missões diplomáticas aos reinos de Aragão e Castela. Da união com Leonor Gonçalves de Abreu, deixou Gonçalo da Silveira, Vasco da Silveira, Diogo da Silveira, Fernão da Silveira, D. Isabel da Silveira, D. Isabel de Abreu, D. Violante de Abreu, D. Mécia da Silveira, Leonor da Silveira, Guiomar de Abreu.

Diogo da Silveira sucedeu ao pai na escrivania da Puridade (1453) e na vedoria das obras do reino (1454), chegando a senhor de Segadães e Recadães em 1458, período em que acompanhava o ataque a Alcácer Ceguer. Cavaleiro do conselho do rei, também esteve presente ao lado do monarca em Alfarrobeira (1449) e em Tânger (1464), quando foi morto pelos mouros. Casou-se com D. Britez da Cunha de Gois, filha de Fernão Gomes de Lemos de Gois. Participou de duas missões diplomáticas, uma a Castela, em 1450, e outra a Roma, na embaixada de obediência ao papa Pio II (1458).

Fernão da Silveira, senhor de Sovereira, Formosa e Cerzadas, teve uma projeção na administração central próxima da do irmão. Em 1459, exerceu interinamente o ofício de escrivão da Puridade, chegando ao posto de regedor da Casa da Suplicação em, pelo menos, 1486. Em 1454, substituiu o pai como Coudel-mor e, em 1463, aparece como Anadel-mor do reino. Durante o período afonsino, Fernão da Silveira participou da Batalha de Alfarrobeira, acompanhou a infanta D. Leonor a Itália para o casamento com o Imperador, além de compor a comitiva que assinou o Tratado das Alcáçovas (1479). No reinado de D. João II, foi designado para duas novas missões:

¹⁵ MORENO, Humberto Carlos Baquero. “Um grande diplomata português do século XV: o doutor João Fernandes da Silveira”. Separata de *A Diplomacia na História de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990, p. 93-103; CAETANO, Pedro Nunes Pereira. *A Burocracia Régia como veículo para a titulação nobiliárquica. O caso do doutor João Fernandes da Silveira*. Porto: Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, 2011, p. 75-85. Para os problemas genealógicos presentes do *Livro de Linhagens do século XVI* e outros nobiliários produzidos até o século XIX, ver PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de doutoramento, 1997, volume 1, p. 136-143.

em Castela, para negociar o casamento do infante D. Afonso, e em Sevilha, sendo o representante do príncipe nas bodas.

Fernão da Silveira também merece destaque por sua atuação cultural, especificamente, como poeta do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. Fernão da Silveira escreve, em português e castelhano, poemas de tema amoroso e satírico, trovas de registro histórico e político, além das de registro social, sendo sua contribuição mais famosa a contenda do “cuidar e sospirar”. O poeta deixou uma obra diversa, enveredando por muitas das formas poéticas próprias da época, como trovas em forma de carta, esparsas, cantigas, glosas, perguntas, respostas e ajudas.¹⁶

João Fernandes da Silveira é o grande embaixador português do século XV. Participou de dez missões diplomáticas, sendo oito no reinado de D. Afonso V, mesmo período que ascendeu de clérigo letrado a barão de Alvito. Em 1430, surge a primeira menção ao personagem, momento em que o pai, Fernando Afonso da Silveira, torna-se cavaleiro e o filho aparece como escolar em Leis no Estudo Geral de Lisboa. Ao longo da regência do infante D. Pedro o papel de João Fernandes da Silveira permaneceu eminentemente burocrático, sendo desembargador das petições desde 1443 e provido chanceler da Casa do Cível em 1445. Durante o período que exerceu o ofício na Casa do Cível (1445-1463), João Fernandes da Silveira também acumulou o ofício de juiz do convento de Santa Clara de Lisboa (1451).

No processo de afastamento do regente D. Pedro, João Fernandes da Silveira foi escolhido para compor a sua primeira missão, partindo de Portugal na comitiva ao papado (1448). A etapa como chanceler do Cível concentrou o maior número de missões, sendo enviado em mais seis embaixadas nessa época. Em 1450, foi responsável por conduzir as negociações para o casamento de D. Leonor com o imperador Frederico III, contrato concluído em dezembro do mesmo ano. Em 1452, acompanhou a comitiva da Imperatriz à Itália, momento em que foi investido cavaleiro pelo imperador, ficando para a posteridade a coluna de mármore que mandou construir em memória do enlace.

No retorno a Portugal, a confiança do monarca em seu experiente embaixador se manteve e João Fernandes da Silveira volta a ser escolhido para duas importantes missões. Em 1455, teve a missão de ratificar o contrato de casamento entre Henrique

¹⁶ FERNANDES, Geraldo Augusto. *Fernão da Silveira, poeta e coudel-mor: paradigma da inovação no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2006, p. 45.



IV de Castela e a infanta D. Joana, e, no ano seguinte, foi enviado às cidades italianas (Veneza, Gênova, Roma e Florença) a fim de demonstrar o empenho de D. Afonso V no projeto de cruzada papal e conseguir apoio à esta empresa. Consta que tenha ficado na Itália até os anos 1460, quando participou do Concílio de Mântua. Em 1463, novamente o chanceler rumou a Castela, tendo como objetivo tanto apoiar a causa de Henrique IV nas vistas de Fonte Rabia como negociar o casamento entre o rei português e D. Isabel de Castela.

A década seguinte foi marcada pela ascensão funcional de João Fernandes da Silveira, que sai da chancelaria da Casa do Cível para ser provido regedor da Casa da Suplicação em setembro de 1463. Nesses anos aparece como corregedor da Corte e chanceler-mor (1468), sem que a atuação nesses ofícios tenha se mantido. Na posição de regedor não foi escolhido como embaixador, quiçá pelo recuo do envio de embaixadas na década. Após trinta anos atuando na justiça régia, deixou o cargo em outubro de 1473, associando-se a casa do príncipe D. João como seu escrivão da puridade, chanceler-mor e vedor da fazenda.

Foi nessa nova etapa da trajetória funcional que João Fernandes da Silveira alcançou sua ascensão a 1º barão de Alvito, em 27 de abril de 1475, e protagonizou uma das principais negociações do reinado afonsino, a assinatura do Tratado das Alcáçovas (1479). Ainda nesse período, o personagem foi enviado a Castela para tratar do casamento entre D. Afonso V e D. Joana (1474). Já no reinado de D. João II, por volta dos noventa anos, João Fernandes da Silveira participou de sua última missão, partindo a Castela com o objetivo firmar alterações ao Tratado das Alcáçovas e tratar do casamento do príncipe D. Afonso e da indenização pela desistência portuguesa das Canárias (1482).

Conclusão

Os casos familiares apresentados demonstram o contraste da presença dos segmentos da nobreza na corte quatrocentista portuguesa. Os Sousa Chichorros afirmaram-se na alta nobreza com o recebimento e a confirmação de senhorios, tenças e outras mercês régias, formando novas casas senhoriais e inserindo seus descendentes no mesmo estrato da nobreza. Tiveram presença acentuada e cimeira nas campanhas militares dos reinados, participação que se revertia em novas doações régias. Outrossim, a família ocupa posições de relevo na casa régia, como os postos de mordomo-mor e vedor-mor, não mostrando inserção na burocracia régia. Em caminho oposto, os Silveira expressam a importância da administração central como espaço de



ascensão/nobilitação na sociedade quatrocentista. Do mesmo modo, agregando um número significativo de embaixadores e missões diplomáticas, os Silveira também demonstram a crescente influência dos quadros técnicos na condução da arte da diplomacia.

Em ambos os casos apresentados nota-se a centralidade da Corte como espaço que reunia diferentes setores da nobreza e afirmava-se como local privilegiado de escolha dessas personalidades como embaixadores. Retornando às pinturas de Holbein e Carpaccio e relacionando-as com os embaixadores das famílias Sousa Chichorro e Silveira, constata-se que ao longo do século XV o perfil do embaixador centrou-se nos homens nobres, membros de uma nobreza em mutação, uma nobreza composta por homens hábeis nas leis e nas técnicas de negociação, como João Fernandes da Silveira; homens sábios e letrados nos meandros da cultura cortesã, como o poeta Fernão da Silveira; homens experimentados na guerra, no aconselhamento e nos assuntos do ultramar, como Rui de Sousa.

Fuentes

LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Segundo o códice nº 352 do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Introdução de Humberto Baquero Moreno e Prefácio de Antonio Sérgio. Porto: Livraria Civilização, 1983, vol.1.

Bibliografia

- AUTRAND, Françoise & CONTAMINE, Philippe. “Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge”. In: *Histoire de la diplomatie française. I. Du Moyen Âge à l'Empire*. Paris: Perrin, 2005, p. 120-125.
- CAETANO, Pedro Nunes Pereira. *A Burocracia Régia como veículo para a titulação nobiliárquica. O caso do doutor João Fernandes da Silveira*. Porto: Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado, 2011, p. 75-85.
- FERNANDES, Geraldo Augusto. *Fernão da Silveira, poeta e coudel-mor: paradigma da inovação no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado, 2006.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. I, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.
- GANSHOF, François. “Le Moyen Age”. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I. Paris: Librairie Hachette, 1953, p. 267-268.
- GOMES, Rita Costa. *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.
- GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: EdUSP/Pioneira, 1981.



ZIERER, Adriana, COSTA, Ricardo da (orgs.). *Mirabilia 26 (2018/1)*
Society and Culture in Portugal
Sociedade e Cultura em Portugal
Sociedad y Cultura en Portugal

Jan-Jun 2018/ISSN 1676-5818

- HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *O Desembargo régio (1320-1433)*. Porto: INIC, 1990.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de. *A diplomacia portuguesa no reinado de D. Afonso V (1448-1481)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de doutorado, 2016.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986.
- MORENO, Humberto Carlos Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, Vol. I.
- MORENO, Humberto Carlos Baquero. “Um grande diplomata português do século XV: o doutor João Fernandes da Silveira”. Separata de *A Diplomacia na História de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990, p. 93-103.
- MORENO, Humberto Carlos Baquero. “O papel da diplomacia no Tratado de Tordesilhas”. In: *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto, 1995, p. 146-150.
- MORENO, Humberto Carlos Baquero. “Estado, Nobreza e Senhorios”. In: COELHO, Maria Helena da Cruz & HOMEM, Armando Luís de Carvalho. *A Gênese do Estado Moderno no Portugal Tardo-medieval*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, p. 257-267.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. *Linhas Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, dissertação de doutoramento, 1997, volume 1, p. 136-143.
- SANTOS, Maria Alice Pereira. *A sociologia da representação político-diplomática no Portugal de D. João I*. Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa, Tese de doutorado, 2015.